

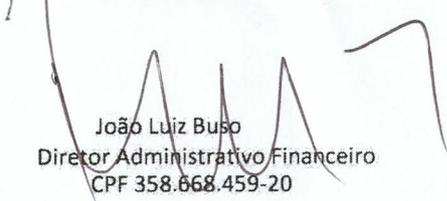
Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

Curitiba - PR  
Balço Patrimonial

Ativo

	Nota	Em Milhares de Reais	
		31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Circulante		26.548	17.884
Disponibilidades		10.515	7.747
Bancos Conta Movimento	4	399	137
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	4	10.116	7.610
Direitos Realizáveis		16.003	10.112
Contas a Receber de Clientes	5	15.376	8.600
Tributos a Recuperar	6	74	561
Empréstimo com Acionista	7	534	877
Estoques		18	23
Outros Direitos Realizáveis		1	51
Despesas do Exercício Seguinte		30	25
Não Circulante		173.742	176.991
Realizável a Longo Prazo		2.488	7.251
Contas a Receber de Clientes	5	67	4.890
Depósitos Judiciais	8	2.041	1.753
Direito de Uso de Ativos	10	380	608
Investimentos		128	128
Imobilizado Próprio de Uso	9	171.126	169.612
Intangível	10	0	0
<b>Total do Ativo</b>		<b>200.290</b>	<b>194.875</b>

  
Eder Eduardo Bublitz  
Diretor Presidente  
CPF 035.476.299-00

  
João Luiz Buso  
Diretor Administrativo Financeiro  
CPF 358.668.459-20

  
Antonio Leonardez  
Diretor Técnico  
CPF 640.795.979-91

  
Paulo Ricardo da Nova  
Diretor Agrocomercial  
CPF 320.926.019-20

  
João Ataíde da Costa  
Contador CRC-PR 20190/06  
CPF 076.961.619-00

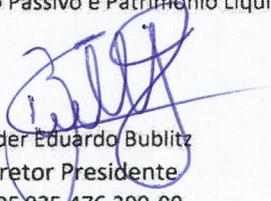
Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

Curitiba - PR

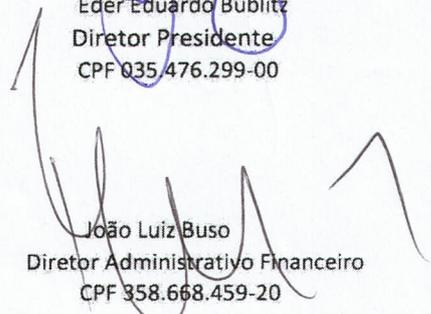
Balço Patrimonial

Passivo e Patrimônio Líquido

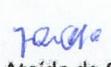
	Nota	Em Reais	
		31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Circulante		9.852	8.473
Fornecedores	11	1.092	2.215
Obrigações Sociais e Fiscais	12	3.174	1.643
Provisão de Férias e Encargos	13	842	1.073
Provisão para Contingências	14	2.770	2.081
Dividendos Propostos	15	869	1.195
Outras Obrigações		877	38
Arrendamento Mercantil a Pagar	16	228	228
Não Circulante		59.548	56.650
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	17	9.758	9.758
Tributos Diferidos Passivos	18	49.638	46.512
Arrendamento Mercantil a Pagar	16	152	380
Patrimônio Líquido		130.890	129.752
Capital Social Realizado	19	31.114	28.614
Reservas de Lucros	19	3.420	10.850
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19	96.356	90.288
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>200.290</b>	<b>194.875</b>

  
Eder Eduardo Bublitz  
Diretor Presidente  
CPF 035.476.299-00

  
Paulo Ricardo da Nova  
Diretor Agrocomercial  
CPF 320.926.019-20

  
João Luiz Buso  
Diretor Administrativo Financeiro  
CPF 358.668.459-20

  
Antonio Leonardcz  
Diretor Técnico  
CPF 640.795.979-91

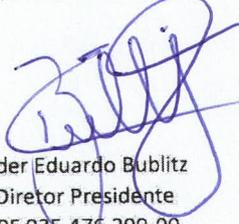
  
João Ataíde da Costa  
Contador CRC-PR 20190/O6  
CPF 076.961.619-00

Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

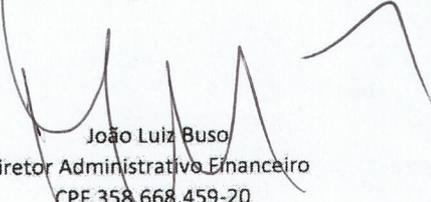
Curitiba - PR

Demonstração do Resultado do Exercício

	Nota	Em Reais Mil	
		Períodos	
		01/jan./20 a 31/dez./20	01/jan./19 a 31/dez./19
Receita Bruta		<u>32.969</u>	<u>24.290</u>
Prestação de Serviços	20	32.969	24.290
Deduções da Receita		<u>(1.169)</u>	<u>(2.245)</u>
Impostos e Contribuições	20	(1.169)	(2.245)
Receita Líquida		<u>31.800</u>	<u>22.045</u>
Lucro Bruto		<u>31.800</u>	<u>22.045</u>
Despesas/Receitas Operacionais		<u>(25.242)</u>	<u>(16.668)</u>
Gerais e Administrativas	21	(23.503)	(14.828)
Remuneração e Encargos dos Administradores	22	(1.346)	(1.251)
Depreciação e Amortização	9	(3.018)	(2.676)
Recuperação de Despesas	23	962	2.087
Ganhos líquidos na alienação de imobilizado		1.663	0
Resultado Antes das Despesas e Receitas Financeiras		<u>6.558</u>	<u>5.377</u>
Despesas Financeiras	24	(70)	(185)
Receitas Financeiras	24	1.354	1.060
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>7.842</u>	<u>6.252</u>
Impostos de Renda e Contribuição Social Corrente	25	(4.936)	(3.347)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	26	548	1.115
Lucro Líquido do Exercício		<u>3.454</u>	<u>4.020</u>
Lucro por Ação - R\$ 1,00		0,11	0,14

  
Eder Eduardo Bublitz  
Diretor Presidente  
CPF 035.476.299-00

  
Paulo Ricardo da Nova  
Diretor Agrocomercial  
CPF 320.926.019-20

  
João Luiz Buso  
Diretor Administrativo Financeiro  
CPF 358.668.459-20

  
Antonio Leonardéz  
Diretor Técnico  
CPF 640.795.979-91

  
João Ataíde da Costa  
Contador CRC-PR 20190/06  
CPF 076.961.619-00

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

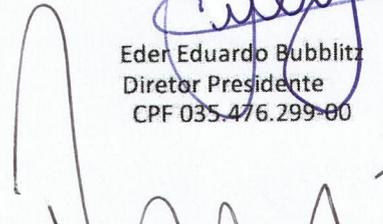
Curitiba - PR

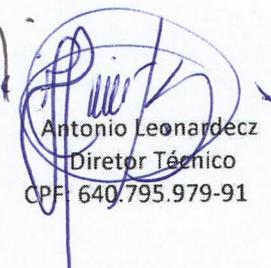
Demonstração dos Resultados Abrangentes

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./20	01/jan./19
	a	a
	31/dez./20	31/dez./19
Lucro Líquido do Exercício	3.454	4.020
Movimentação do Exercício	0	0
Resultado Abrangente do Exercício	<u>3.454</u>	<u>4.020</u>

  
Eder Eduardo Bubblitz  
Diretor Presidente  
CPF 035.476.299-00

  
Paulo Ricardo da Nova  
Diretor Agrocomercial  
CPF 320.926.019-20

  
João Luiz Buço  
Diretor Administrativo Financeiro  
CPF 358.668.459-20

  
Antonio Leonardecz  
Diretor Técnico  
CPF 640.795.979-91

  
João Ataíde da Costa  
Contador CRC-PR 20190/O6  
CPF 076.961.619-00

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

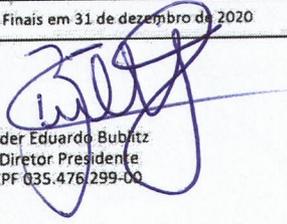
## Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

Curitiba - PR

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Lucros para Expansão	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 01 de janeiro 2019	28.614	699	686	3.819	92.054	0	125.872
Ajustes Adoção Cpc 27 Imobilizado					(2.676)	2.676	0
Realização da mais valia avaliação					910	(910)	0
Reversão de Tributos Diferidos Passivos				1.055			1.055
Reversão De Dividendos						4.020	4.020
Lucro Do Exercício						(201)	0
Constituição da reserva legal - 5%		201				(402)	0
Constituição da reserva estatutária - 10%			402			(402)	0
Constituição da reserva Expansão - 10%			402			(1.195)	(1.195)
Dividendos propostos						(3.586)	0
Constituição da reserva de lucros				3.586			0
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2019	28.614	900	1.490	8.460	90.288	0	129.752
Aumento de Capital	2.500						2.500
Ajustes Adoção Cpc 27 Imobilizado							
Realização da mais valia - Depreciação					(1.341)	1.341	0
Reversão de tributos diferidos					456	(456)	0
Realização da mais valia pela baixa de bens					(273)		(273)
Realização da mais valia avaliação pela baixa de bens					93	(93)	0
Ajuste reversão da realização da mais valia - depreciação					10.807	(10.807)	0
Ajuste reversão da realização da mais valia - tributos diferidos					(3.674)		(3.674)
Reversão da reserva de lucros				(8.293)		8.293	
Lucro Do Exercício						3.454	3.454
Constituição da reserva legal - 5%		173				(173)	0
Constituição da reserva estatutária - 10%			345			(345)	0
Constituição da reserva Expansão - 10%			345			(345)	0
Dividendos propostos						(869)	(869)
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2020	31.114	1.073	2.180	167	96.356	0	130.890

  
Eder Eduardo Bubitz  
Diretor Presidente  
CPF 035.476.299-00

Paulo Ricardo da Nova  
Diretor Agrocomercial  
CPF 320.926.019-20

  
João Luiz Buso  
Diretor Administrativo Financeiro  
CPF 358.668.459-20

Antonio Leonardecz  
Diretor Técnico  
CPF 640.795.979-91

  
João Ataíde da Costa  
Contador CRC-PR 20190/06  
CPF 076.961.619-00

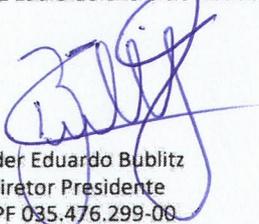
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

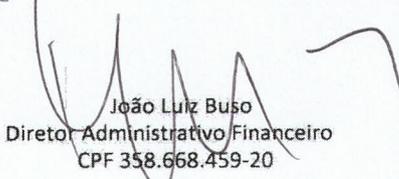
Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

Curitiba - PR

Demonstração do Valor Adicionado

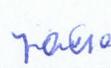
	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./20 a 31/dez./20	01/jan./19 a 31/dez./19
1. Receitas	29.199	26.511
1.1 Prestação de Serviços	32.969	24.290
1.2 Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(6.395)	(1.470)
1.3 Outras Receitas	2.625	3.691
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	(12.478)	(9.241)
2.1 Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(12.478)	(9.241)
3. Valor Adicionado Bruto (1-2)	16.721	17.270
4. Depreciação e Amortização	(3.018)	(2.676)
5. Valor Adicionado Líquido (3-4)	13.703	14.594
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.354	1.060
6.1 Receitas Financeiras	1.354	1.060
7. Valor Adicionado a Distribuir (5+6)	15.057	15.654
8. Distribuição do Valor Adicionado	15.057	15.654
8.1 Pessoal		
8.1.1 Remuneração Direta	2.281	1.795
8.1.2 Benefícios	915	845
8.1.3 FGTS	369	695
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	7.771	7.952
8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros		
8.3.1 Aluguéis	267	347
8.4 Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 Dividendos Propostos	869	1.195
8.4.2 Lucro do Exercício Retido	2.585	2.825

  
Eder Eduardo Bublitz  
Diretor Presidente  
CPF 035.476.299-00

  
João Luiz Buso  
Diretor Administrativo/Financeiro  
CPF 358.668.459-20

  
Antonio Leonardecz  
Diretor Técnico  
CPF 640.795.979-91

  
Paulo Ricardo da Nova  
Diretor Agrocomercial  
CPF 320.926.019-20

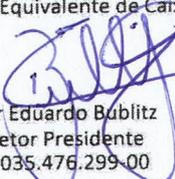
  
João Ataíde da Costa  
Contador CRC-PR 20190/O6  
CPF 076.961.619-00

Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

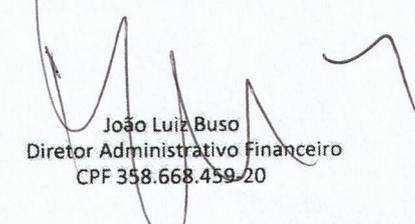
Curitiba - PR

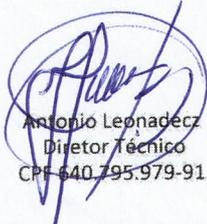
Demonstrações dos Fluxos de Caixa  
Método Indireto

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./20 a 31/dez./20	01/jan./19 a 31/dez./19
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Lucro do Exercício	7.842	6.252
Ajustes por:		
Provisão para Férias e Encargos	(231)	(1.524)
Provisão para Contingências	689	420
Depreciações e Amortizações	3.018	2.676
Provisão para Credores Duvidosos	6.299	1.470
Lucro Ajustado	17.617	9.294
IR e CS Pagos	(4.936)	(3.347)
(Aumento) Diminuição nos Ativos Operacionais		
Clientes	(8.252)	136
Tributos a Recuperar	487	(150)
Estoques	5	(4)
Outros Ativos	50	(49)
Despesas do Exercício Seguinte	(5)	(1)
Depósitos Judiciais	(288)	194
Aumento (Diminuição) nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	(1.123)	(1.006)
Obrigações Sociais e Fiscais	1.531	(652)
Outros Obrigações	839	(650)
Dividendos propostos a pagar	(326)	0
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	5.599	3.765
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aquisições de Imobilizado	(4.805)	(7.071)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(4.805)	(7.071)
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Dividendos propostos	(869)	0
Integralização de Capital	2.500	0
Empréstimos a acionistas	343	1.440
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	1.974	1.440
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	2.768	(1.866)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	7.747	9.613
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	10.515	7.747

  
Eder Eduardo Bublitz  
Diretor Presidente  
CPF 035.476.299-00

  
Paulo Ricardo da Nova  
Diretor Agrocomercial  
CPF 320.926.019-20

  
João Luiz Buso  
Diretor Administrativo Financeiro  
CPF 358.668.459-20

  
Antonio Leonadecz  
Diretor Técnico  
CPF 640.795.979-91

  
João Ataíde da Costa  
Contador CRC-PR 20190/O6  
CPF 076.961.619-00

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

# Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.

Curitiba – PR

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo Em 31 de Dezembro de 2020 (Valores em Milhares de Reais)

### Nota 1. Contexto Operacional

A companhia tem como objetivo construir, instalar e administrar centrais de abastecimento e mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além de efetuar a compra, venda, transporte e distribuição de gêneros alimentícios, diretamente a varejistas e/ou consumidores, exclusivamente quando lhe competir a participação em programas sociais, em sintonia com a política governamental.

Participar dos planos e programas do governo para a produção e abastecimento, a nível regional e nacional, promovendo e facilitando intercâmbio de mercado com as demais Unidades do Sistema e Entidades Vinculadas ao Setor.

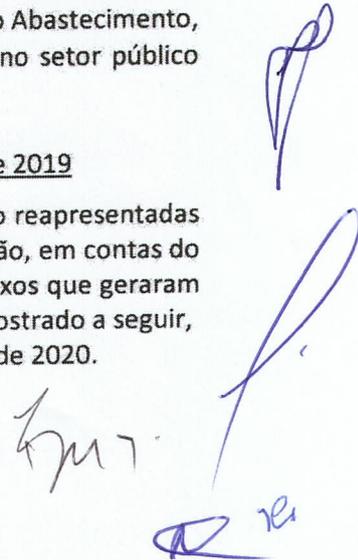
Firmar convênios, acordos, contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, pertinentes as suas atividades.

Desenvolver, em caráter subsidiário e auxiliar, na política econômica do Governo, estudos e pesquisas dos processos, condições e veículos de comercialização de gêneros alimentícios, abrangidos por sua competência operacional.

Estabelecer e desenvolver relação de troca de serviços e desenvolver técnicas com as demais entidades vinculadas a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, de modo a favorecer e fortalecer a cooperação interorganizacional no setor público agrícola do Estado.

#### Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 estão sendo reapresentadas em decorrência das reclassificações contábil, para melhor apresentação, em contas do Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado, bem como os reflexos que geraram reclassificação na Demonstração do Valor Adicionado, conforme demonstrado a seguir, Os saldos foram regularizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



Ativo	31 de		31 de	Ref
	Dezembro	(Reapresentado)	Dezembro	
	de 2019	(Reclassificado)	de 2019	
			(Originalmente	
			apresentado)	
<b>Circulante</b>	17.884	0	17.884	
Disponibilidades	7.747	0	7.747	
Direitos Realizáveis	10.112	0	10.112	
Contas a Receber de Clientes	8.600	(1.284)	7.316,00	(a)
Provisão para Credores Duvidosos	0	(242)	(242,00)	(a)
Créditos com Permissionários	0	1.526	1.526,00	(a)
Tributos a Recuperar	561	0	561,00	
Empréstimo com Acionista	877	0	877,00	
Estoques	23	0	23,00	
Outros Direitos Realizáveis	51	0	51,00	
Despesas do Exercício Seguinte	25	0	25,00	
<b>Não Circulante</b>	176.991	0	176.991	
Realizável a Longo Prazo	7.251	(608)	6.643	
Contas a Receber de Clientes	4.890	1.228	6.118,00	(a)
Créditos Judiciais de Clientes	0	(1.228)	(1.228,00)	(a)
Depósitos Judiciais	1.753	0	1.753,00	
Direito de Uso de Ativos	608	(608)	0	(a)
Investimentos	128	0	128,00	
Imobilizado Próprio de Uso	169.612	608	170.220,00	(a)
Intangível	0	0	0	
<b>Total do Ativo</b>	<b>194.875</b>	<b>0</b>	<b>194.875</b>	
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>				
<b>Circulante</b>	8.473	0	8.473	
Fornecedores	2.215	0	2.215,00	
Obrigações Sociais e Fiscais	1.643	0	1.643,00	
Provisão de Férias e Encargos	1.073	0	1.073,00	
Provisão para Contingências	2.081	0	2.081,00	
Dividendos Propostos	1.195	0	1.195,00	
Outras Obrigações	38	0	38,00	
Arrendamento Mercantil a Pagar	228	0	228,00	
<b>Não Circulante</b>	56.650	0	56.650	
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	9.758	0	9.758,00	
Tributos Diferidos Passivos	46.512	0	46.512,00	
Arrendamento Mercantil a Pagar	380	0	380,00	
<b>Patrimônio Líquido</b>	129.752	0	129.752	
Capital Social Realizado	28.614	0	28.614,00	
Reservas de Lucros	10.850	0	10.850,00	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	90.288	0	90.288,00	
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>194.875</b>	<b>0</b>	<b>194.875</b>	

7m7

7m7

(a) Valores referentes a reclassificações entre as respectivas contas, não gerando efeito patrimonial.

	01/jan./19 a 31/dez./19 (Reapresentado)	(Reclassificado)	01/jan./19 a 31/dez./19 (Originalmente apresentado)	Ref
Receita Líquida	22.045	0	22.045	
Lucro Bruto	22.045	0	22.045	
Despesas/Receitas Operacionais	(16.668)	0	(16.668)	
Gerais e Administrativas	(14.828)	(6.849,00)	(21.677)	(b)
Remuneração e Encargos dos Administradores	(1.251)	0	(1.251)	
Depreciação e Amortização	(2.676)	0	(2.676)	
Recuperação de Despesas	2.087	5.246,00	7.333	(b)
Ressarcimento Pessoal requisitado Governo Estadual	0	1.603,00	1.603	(b)
Ganhos líquidos na alienação de imobilizado	0	0	0	
Resultado Antes das Despesas e Receitas Financeiras	5.377	0	5.377	
Despesas Financeiras	(185)	0	(185)	
Receitas Financeiras	1.060	0	1.060	
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	6.252	0	6.252	
Impostos de Renda e Contribuição Social Corrente	(3.347)		(3.347)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	1.115		1.115	
Lucro Líquido do Exercício	4.020	0	4.020	

(b) Ajuste decorrentes a mudança de critério nas contabilizações de recuperação de despesas com pessoal, a as quais passaram a ser contabilizada diretamente na conta de despesas com pessoal.

*lm*

*reit*

Demonstração do Valor Adicionado	01/jan./19		01/jan./19	Ref
	a		a	
	31/dez./19		31/dez./19	
	(Reapresentado)	(Reclassificação)	(Originalmente apresentado)	
1. Receitas	26.511	5.245	31.756	
1.1 Prestação de Serviços	24.290	0	24.290	
1.2 Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(1.470)	0	(1.470)	
1.3 Outras Receitas	3.691	5.245	8.936	(c)
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	(9.241)	2.167	(7.074)	
2.1 Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(9.241)	2.167	(7.074)	(c)
3. Valor Adicionado Bruto (1-2)	17.270	7.412	24.682	
4. Depreciação e Amortização	(2.676)	0	(2.676)	
5. Valor Adicionado Líquido (3-4)	14.594	7.412	22.006	
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.060	0	1.060	
6.1 Receitas Financeiras	1.060	0	1.060	
7. Valor Adicionado a Distribuir (5+6)	15.654	7.412	23.066	
8. Distribuição do Valor Adicionado	15.654	7.412	23.066	
8.1 Pessoal				
8.1.1 Remuneração Direta	1.795	5.246	7.041	(c)
8.1.2 Benefícios	845	1	846	(c)
8.1.3 FGTS	695	33	728	(c)
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	7.952	937	8.889	(c)
8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros				
8.3.1 Aluguéis	347	0	347	
8.4 Remuneração de Capitais Próprios				
8.4.1 Dividendos Propostos	1.195	0	1.195	(c)
8.4.2 Lucro do Exercício Retido	2.825	1.195	4.020	(c)

(c) Reclassificação para melhor apresentação da Demonstração do valor adicionado, sem qualquer efeito patrimonial.

## Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa "3".

## 2.2 Instrumentos Financeiros

### 2.2.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

#### - Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de "Receitas Financeiras e Despesas Financeiras".

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa (nota explicativa "4"), nessa classificação.

#### - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

#### - Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui Contas a Receber de Clientes (nota explicativa "5"), nessa classificação.

#### - Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

16

#### - Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2020, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa "11").

#### 2.2.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

#### 2.2.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### 2.4. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para Crédito Liquidação Duvidosa "PCLD" constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

Em 7

R.

## 2.5. Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

## 2.6. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, as taxas foram estabelecidas em função do tempo de vida útil fixadas por espécie de bens. No exercício de 2010 os principais bens integrantes do Ativo Imobilizado foram mensurados ao valor justo, qual referem-se ao "deemed cost", relativo à adoção inicial ao IFRS, líquido do IR e CS Passivo Diferido, em conformidade com o disposto na NBC TG 1000, baseados em laudos internos de avaliação.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

## 2.7. Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização, quando aplicável, a qual leva em consideração o prazo de vida útil e/ou de realização estimado dos ativos intangíveis.

## 2.8. Investimentos

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos de correção monetária até 31/dez./95, conforme artigo 4º da Lei nº 9.249 de 26/dez./95.

## 2.9. Contas a Pagar - Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme mencionamos na nota explicativa "11".

## 2.10. Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die".

## 2.11. Adiantamento futuro Aumento de Capital

A companhia possui valores de aportes do Governo do Estado do Paraná, acionista majoritário, na rubrica adiantamento para futuro aumento de capital, cujos comprovantes estão contidos no sistema integrado de documentos do Estado do Paraná, protocolado físico nº 8002075-9 e digital nº 15.918.311-4, ora em tramitação para fins de incorporação ao capital social, em futura Assembleia Geral Extraordinária. Vide nota explicativa nº "17".

## 2.12. Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

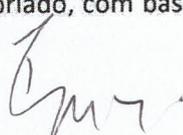
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do grupo. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa "14".

## 2.13. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.



O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações intermediárias. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O Regime tributário da Companhia: Presumido em 2020 e Lucro Real em 2019.

#### **2.14. Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita**

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Receita decorrente da prestação dos serviços é reconhecida na medida em que os serviços são prestados.

#### **2.15. CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil**

A norma IFRS 16/CPC 06 (R2) aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem no escopo da norma, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

A sociedade realizou um levantamento, e contabilizou os efeitos de forma prospectiva, acarretando em incremento nas contas patrimoniais, que sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustados ao valor presente.

Em 31 de dezembro de 2020 o ativo de direito de uso representa R\$ 380, e o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 228 no passivo circulante, e R\$ 152 no passivo não circulante.

R1

### Nota 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### 3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

##### Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

##### Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas informações intermediárias e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

##### Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa "14".

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações intermediárias.

Em 7.

Ra

**Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Recursos em Caixas	0	1
Recursos em Bancos Conta Movimento	399	136
Aplicações de Liquidação Imediata	10.116	7.610
	<u>10.515</u>	<u>7.747</u>

**Nota 5. Contas a Receber de Clientes**

	31 de Dezembro de 2020		31 de Dezembro de 2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Clientes Permissionários	15.492	0	7.316	0
Créditos com Permissionários	861	0	1.526	0
Créditos Judiciais de Clientes	0	6.859	0	6.118
( - ) Provisão para Credores Duvidosos	(977)	(6.792)	(242)	(1.228)
	<u>15.376</u>	<u>67</u>	<u>8.600</u>	<u>4.890</u>

<sup>(a)</sup> Para o ano de 2020, a Companhia realizou um levantamento de informações e decidiu realizar a provisão para credores duvidosos, totalizando um saldo de PCLD no circulante de R\$ 977 e R\$ 6.792 para Ativo não Circulantes

**Nota 6. Tributos a Recuperar**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
IRRF s/Aplicação Financeira	0	1
IRPJ e Adicional Pagamento a Maior	0	137
Créditos IRRF 1708	0	3
Pagamento a Maior IRPJ	15	116
Pagamento a Maior CSLL	3	56
Saldo Negativo IRPJ 2015	0	114
Saldo Negativo CSLL 2015	0	4
INSS a Recuperar	56	56
Saldo Negativo IRPJ 2017	0	45
CSLL Pagamento a Maior	0	29
	<u>74</u>	<u>561</u>

*Handwritten signature*

*Handwritten signature and initials*

**Nota 7. Empréstimo com Acionista**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do PR	534	877
	<u>534</u>	<u>877</u>

**Nota 8. Depósitos Judiciais**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Depósitos Judiciais	2.041	1.753
	<u>2.041</u>	<u>1.753</u>

**Nota 9. Imobilizado**

			31 de Dezembro 2020	31 de Dezembro 2019
Imobilizado	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	110.241	0	110.241	110.514
Edificações	79.829	(22.379)	57.450	56.306
Instalações	2.116	(463)	1.653	934
Móveis e Utensílios	1.299	(912)	387	345
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	1.886	(1.410)	476	453
Veículos	1.804	(895)	909	1.049
Aparelhos de Telecomunicação	69	(60)	9	10
Outras Imobilizações	1		1	1
Softwares e Processamento	80	(80)	0	0
<b>Total</b>	<b>197.325</b>	<b>(26.199)</b>	<b>171.126</b>	<b>169.612</b>

Movimentação do Imobilizado ocorrida no exercício de 2020:

Imobilizado	31 de Dezembro 2019	Adições	Baixas	Depreciações	31 de Dezembro 2020
Terrenos	110.514	-	(273)		110.241
Edificações	56.306	3.666		(2.522)	57.450
Instalações	934	886		(167)	1.653
Móveis e Utensílios	345	91		(49)	387
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	453	117		(94)	476
Veículos	1.049	45		(185)	909
Aparelhos de Telecomunicação	10	-		(1)	9
Outras Imobilizações	1	-		-	1
<b>Total</b>	<b>169.612</b>	<b>4.805</b>	<b>(273)</b>	<b>(3.018)</b>	<b>171.126</b>

*Handwritten signature and initials*

#### Nota 10. Arrendamento Mercantil – Direito de Uso

A Companhia possui contrato de locação com a empresa Solidez Administração e Participação Ltda., contrato que possui como objeto o imóvel para fins comerciais da Sede Administrativa do CEASA, situado na Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 2143.

O contrato nº 14.689.472-0, de 01/08/2017, dispõe, dentre outros assuntos, sobre a obrigação futura mensal gerada de aproximadamente R\$ 19 mil a serem pagos pelo CEASA para a empresa Solidez Administração e Participação Ltda. durante todo prazo do contrato, qual possui vigência até 01/08/2022.

Portanto, em 31 de dezembro de 2020 o ativo de direito de uso representa R\$ 380, e o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 228 no passivo circulante e R\$ 152 no passivo não circulante.

#### Nota 11. Fornecedores

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Fornecedores de Materiais	0	36
Fornecedores de Serviços	1.092	2.179
	<u>1.092</u>	<u>2.215</u>

#### Nota 12. Obrigações Fiscais e Sociais

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
<b><u>Obrigações Sociais</u></b>		
INSS S/ Folha de Pagamento	239	232
FGTS S/ Folha de Pagamento	82	83
IRRF S/ Folha	137	136
<b><u>Obrigações Fiscais</u></b>		
IRPJ - Balancete Suspensão Redução	1.513	407
CSLL - Balancete Suspensão Redução	556	165
PIS	85	65
COFINS	393	300
Imposto de Renda de Terceiros	7	21
Seguridade Social	91	145
ISS	46	40
PIS/COFINS/CSLL Retidos	25	49
	<u>3.174</u>	<u>1.643</u>

Em 7









**Nota 13. Provisões para Férias e Encargos**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Provisão de Férias	622	794
Provisão INSS s/Férias	170	216
Provisão FGTS s/Férias	50	63
	<u>842</u>	<u>1.073</u>

**Nota 14. Provisão para Contingências**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Provisão para Contingências Cíveis	1.043	977
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.727	1.104
	<u>2.770</u>	<u>2.081</u>

**Nota 15. Dividendos Propostos**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Dividendos Propostos	869	1.195
	<u>869</u>	<u>1.195</u>

**Nota 16. Obrigações com Arrendamento Mercantil - IFRS 16**

Em 31 de dezembro de 2020 o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 228 no passivo circulante, e R\$ 152 no passivo não circulante.

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
<b>Circulante</b>		
Obrigações com Aluguéis	228	228
<b>Não Circulante</b>		
Obrigações com Aluguéis	152	380
	<u>380</u>	<u>608</u>

**Nota 17. Adiantamento Futuro Aumento de Capital**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Governo do Estado do Paraná	9.758	9.758
	<u>9.758</u>	<u>9.758</u>

**Nota 18. Tributos Diferidos**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
IRPJ - Diferido	36.498	34.200
CSLL - Diferida	13.140	12.312
	<u>49.638</u>	<u>46.512</u>

**Nota 19. Patrimônio Líquido**

- a) O capital social está representado por 31.114.102 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, pertencente inteiramente a sócios domiciliados no país, em 2020 e (28.614.102 ações em 2019).
- b) Foi aprovado na 51ª - quinquagésima primeira Assembleia Geral Extraordinária de 30/04/2020, aumento de capital social de R\$ 2.500, decorrente de aporte de recursos do acionista controlador Governo do Estado do Estado do Paraná.
- c) Reserva de Lucros: O saldo restante da conta de Lucros Acumulados, deduzidos das destinações propostas no exercício, será destinado à Reservas de Lucros a Disposição dos Acionistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76.
- d) Dividendos Propostos: No decorrer no dano calendário de 2020 foram propostos dividendos aos acionistas no total de R\$ 1.229.
- e) Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da companhia pela quantidade média ponderada de ações:

	31 de Dezembro de 2020
Lucro Atribuível aos Acionistas	3.454
Quantidade de Ações de Capital	31.114
Lucro Básico por Ações	<u>0,11</u>

**Nota 20. Receitas e Deduções**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Prestação de Serviços Mercado Interno	32.969	24.290
Deduções da Receita Bruta	(1.169)	(2.245)
	<u>31.800</u>	<u>22.045</u>

**Nota 21. Despesas Gerais e Administrativas**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Despesas com Pessoal	(4.696)	(2.575)
Ocupação	(267)	(299)
Utilidades e Serviços	(8.318)	(5.817)
Despesas Gerais	(2.710)	(2.829)
Impostos e Taxas	(160)	(713)
Despesas Com Provisões	(7.352)	(2.595)
	<u>(23.503)</u>	<u>(14.828)</u>

*Im7*

**Nota 22. Remuneração dos Dirigentes**

No exercício findo em 31/dez./20 a Remuneração com dirigente representa R\$ 1.346 e R\$ 1.251 no exercício findo em 31/dez./19.

**Nota 23. Outras Receitas Operacionais**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Recuperações e Reversões de Despesas	962	2.087
	<u>962</u>	<u>2.087</u>

**Nota 24. Receitas e Despesas Financeiras**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
<b><u>Receitas Financeiras</u></b>		
Multas Contratuais	125	104
Juros Ativos	865	425
Descontos Obtidos	1	9
Rendas Títulos e Valores	166	458
Atualização Monetária Ativa	197	64
<b><u>Despesas Financeiras</u></b>		
Despesas Bancárias	(65)	(110)
Juros Passivos	0	(41)
IOF	(5)	(16)
Correção Monetária Passiva	0	(18)
	<u>1.284</u>	<u>875</u>

**Nota 25. IRPJ e CSLL Corrente**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Provisão Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(3.623)	(2.450)
Contribuição Social Lucro Líquido	(1.313)	(897)
	<u>(4.936)</u>	<u>(3.347)</u>

**Nota 26. IRPJ e CSLL Diferido**

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2019
Imposto de Renda Diferido	403	820
Contribuição Social Diferida	145	295
	<u>548</u>	<u>1.115</u>

Em 7.

12

### **Nota 27. Seguros (Não Auditados)**

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

### **Nota 28. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD**

A partir de agosto de 2020 entrou em vigor a Lei nº 13.709/18, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, que estabelece regras sobre a coleta, o tratamento, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais gerenciados pelas empresas. Esta Lei afetará todas as organizações que coletam, usem, armazenem ou processem de alguma forma, dados pessoais (de pessoas físicas) de colaboradores, clientes ou fornecedores e tem por objetivo a proteção da privacidade dos dados pessoais, que implicará na adoção de medidas administrativas, procedimentais e estruturais para garantir a aplicação da Lei.

A Lei de Transparência exige hoje publicações de dados diversos, o que sendo cumprido pela CEASA/PR em sua íntegra, resguardadas as observações e responsabilizações pertinentes, ao uso indevido dos dados ali contidos. Cabe salientar que a Lei Geral de Proteção de Dados, hoje passa por todos os níveis da Instituição, onde demanda de ações e cuidados junto aos prestadores de serviços de forma geral, os quais demandarão de cláusulas contratuais específicas, em especial aos fornecedores de suporte de TI (mídias disponíveis), com acessos diversos, dentre outros, o que operacionalmente em suas renovações, vem sendo observado no contexto da gestão com foco na LGPD.

Para informação junto ao corpo funcional, constando de prontuários individualizados dos empregados, consta o envio e informe do uso de cartilha desenvolvida pela CGE - Controladoria Geral do Estado, onde apresenta as informações relevantes e conceituações da LGPD, para conscientização dos empregados.

### **Nota 29. Pandemia da Covid-19 – Impactos e Ações.**

Desde o início da Pandemia, através de recomendações das autoridades das esferas de Governo, a CEASA/PR por essencialidade de objeto, vem cumprindo com as determinações estabelecidas naquilo que lhe compete, diante da sociedade paraense, em especial aos tópicos abaixo elencados

#### Pandemia da Covid-19 – Impactos e Ações.

Desde o início da Pandemia, através de recomendações das autoridades das esferas de Governo, a CEASA/PR por essencialidade de objeto, vem cumprindo com as determinações estabelecidas naquilo que lhe compete, diante da sociedade paraense, em especial aos tópicos abaixo elencados.

*Sm7.*

*res*

### Colaboradores Diretos e Indiretos - Terceirizados

Os afastamentos, guardam rígidas avaliações e diante dos sintomas, por iniciais ou menores que sejam, são imediatamente colocados em disponibilidade para medidas pertinentes de avaliações médica e encaminhamentos para testes recomendados. Cabe ainda, tratamento adequado aos empregados com idade acima do estabelecido nos regramentos oficiais, assim como às possíveis comorbidades avaliadas e detectadas, são disponibilizados para home office/tele trabalho. Ocorre toda a disponibilização de meios de segurança hoje utilizados, como máscara, álcool em gel, medição constante de temperatura, distanciamento entre os funcionários quando presencial, dentre outras ações cabíveis. Vale destacar o esforço financeiro em não reduzir salários e ou retirar qualquer benefício dos empregados, assim como, aplicado os mesmos tratamentos de forma isonômica aos trabalhadores terceirizados.

### Usuários das Unidades – Permissionários e Produtores Rurais

Cabe a estas classes os mesmos cuidados estabelecidos aos empregados da Sociedade, com acompanhamento nas unidades, pelas equipes de segurança que avaliam, fiscalizam e tomam as medidas pertinentes, além de acompanhamento médico ambulatorial que ocorre na maior unidade do Paraná. Segrega ainda, a ampliação dos contratos de mão de obra, com o fim especial de higienizações nas unidades. Alteração de horários foi outro instrumento utilizado para redução do trânsito de pessoas nos ambientes.

### Front Financeiro - Social

A responsabilidade financeira e social da Sociedade, vem sendo acionada através dos mecanismos de gestão da Direção Executiva, propiciando aos permissionários e produtores rurais, condições de renegociação de compromissos, através de parcelamentos e postergação de compromissos, agregado a suspensão, no período da pandemia, de reajustes de valores praticados.

### Parcerias com Instituições

Mantida hoje forte parceria com Instituições de Governo e Privadas, com o mesmo espírito de combate ao momento que vivemos, onde se destaca as Instituições ligadas a estrutura orgânica do Estado e em especial às vinculadas da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Entidades de classe Privadas, Secretaria de Estado da Saúde, FUPEN – Fundo Penitenciário do Paraná com fim de ressocialização e disposição de mão de obra para auxílio ao combate a pandemia, 13ª Batalhão da Polícia Militar do Paraná, com divisão dentro da unidade de Curitiba, em conjunto com Sistema privado de monitoramento de imagens e emissão de mensagens de voz orientando os transeuntes, dentre outras que vem colaborando diretamente ao combate ao Covid-19.

A Gestão operacional e financeira, opera com vistas a manter avaliações constantes dos impactos do momento que vivemos, traduzindo em ações, que gerem a menores consequência futuras possíveis ao negócio e objeto da companhia.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

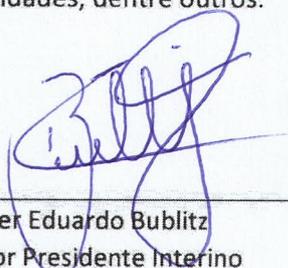
## Impacto Financeiro da Pandemia

- A pandemia influenciou significativamente os mercados, a considerar o ramo de atividade da companhia, a gestão da CEASA/PR, foi impulsionada a tomar medidas que viessem a amenizar os impactos do mercado atacadista, pois esse é fator preponderante para a saúde financeira da Instituição. Desta forma medidas financeiras foram implementadas para facilitar, o desempenho dos permissionários, com parcelamento de dívidas, facilitando sobremaneira o fluxo financeiro das partes interessadas, a partir de junho/2020, sem que isso viesse a comprometer o fluxo de caixa da Companhia.

- À Companhia com relação a pandemia, não teve perdas de receita, porém preventivamente medidas pertinentes, tais como, redução de despesas de contratos continuados, redução da participação de mão de obra direta, alongamento e postergação na cobrança de dívidas de clientes, dentre outras.

Para tentar minimizar os impactos, tomamos algumas ações para reduzir custos e despesas, destacamos as seguintes:

- Antecipação de férias de funcionários, além da disponibilização em tele trabalho aos empregados com alguma vulnerabilidade.
- Outra forma para a gestão da situação de pandemia, foi opção pela jornada de trabalho reduzida, facilitando, e dando segurança ao ambiente profissional, como também colaborando com a redução de despesas, como por exemplo, despesas com treinamentos, despesas com viagens, despesas com consultorias (que julgamos serem desnecessárias no momento), dentre outras.
- A parceria com órgãos de saúde pública, que muito nos auxiliou no processo pandêmico, demandou de agregar aos usos e costumes ações necessárias e barreiras sanitárias, como distribuição de máscaras nas unidades, álcool em gel, medições de temperatura corpórea dos transeuntes e usuários, publicidade de campanhas orientativas (faixas banners, etc.), providencias contínuas no uso de equipamentos de proteção individuais, postos terceirizados de profissionais para assepsias nas unidades, dentre outros.



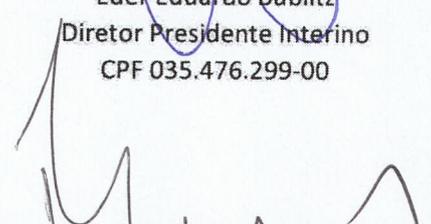
---

Eder Eduardo Bublitz  
Diretor Presidente Interino  
CPF 035.476.299-00



---

Paulo Ricardo da Nova  
Diretor Agrocomercial  
CPF 320.926.019-20



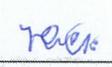
---

João Luiz Buso  
Diretor Administrativo Financeiro  
CPF 358.668.459-20



---

Antônio Leonardecz  
Diretor Técnico  
CPF 640.795.979-91



---

João Ataíde da Costa  
Contador CRC-PR 20190/06  
CPF 076.961.619-00



## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

DIRETORES e ACIONISTAS das

**Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. – CEASA-PR**

Curitiba - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras das **Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR "Companhia"**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. – CEASA-PR "Companhia"** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros Assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da companhia, como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



# MÜLLER & PREI

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 19 de março de 2021.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 6.472/O-1

VALDAIR MARTIMIANO

CONTADOR CRC-PR Nº 042.482/O-7